



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638507 - SC (2021/0000974-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RODRIGO RAFAEL BELO (PRESO)
CORRÉU : JOICE PACHECO DOS SANTOS
CORRÉU : IVONETE PADILHA DE JESUS
CORRÉU : GLADYS SOUZA CALDAS SIMONATO
CORRÉU : HELEN BATISTA GOMES
CORRÉU : EDUARDO DA SILVA
CORRÉU : SHAIANA VANILDA SCHWEIGERT
CORRÉU : CLAUDIOMIR STURMER
CORRÉU : THIAGO ARIEL SCOTTINI
CORRÉU : LUCINEI ALMEIDA FORTES
CORRÉU : ADAIR FORTES
CORRÉU : LUCAS DA SILVA SILVA
CORRÉU : MARIETTE CRISTOFOLINI
CORRÉU : RAFAEL LOURENÇO DE JESUS
CORRÉU : RENAN VALMIR DA CUNHA
CORRÉU : RAFAEL GEOVANI DOS SANTOS
CORRÉU : MAYARA MAGALI MARTINS
CORRÉU : ALEX ROBERTO MARTINS
CORRÉU : RODRIGO GABRIEL
CORRÉU : OTAVIO GABRIEL
CORRÉU : ROSEANE GABRIEL
CORRÉU : RAFAEL HENRIQUE DOS SANTOS
CORRÉU : TATIANE BRIZOLA
CORRÉU : ALEX HONORATO
CORRÉU : GABRIEL GONZAGA CORREA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO RAFAEL BELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL

DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação n. 0008412-12.2017.8.24.0023).

O paciente, após parcial provimento da apelação, teve a pena fixada em 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão pelos delitos de organização criminosa e tráfico de drogas.

O impetrante aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que houve agravamento da dosimetria do delito de organização criminosa sem que houvesse recurso por parte da acusação. Assevera ainda quanto à ilegalidade de "utilização do método em cascata no concurso de causas de aumento de pena, por falta de previsão legal" (fl. 3).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para adequação da pena imposta.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC n. 610.950/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente